

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90178/2025
(Processo Administrativo SMS-PRO-2025/12.233)

Torna-se público que a Secretaria Municipal de Saúde do Município do Rio de Janeiro, por meio do Hospital Maternidade Alexander Fleming, realizará Dispensa Eletrônica com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Rio nº 50.797/2022 de 13 de maio de 2022 e Resolução PGM nº 1.103 de 27 de maio de 2022.

Data da sessão: 27/03/2025

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Horário da Fase de Lances: 8:00 às 14:00 (pelo período de 06 horas)

Código UASG: 986001

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a Aquisição de Material Médico Cirúrgico para a realização de procedimentos cirúrgicos, objetivando suprir as demandas desta Unidade de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação será dividida em itens, conforme tabela constante abaixo.

1.2.1. Havendo mais de um item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos quanto às especificações do objeto.

ITEM	CÓDIGO BR	CÓDIGO SMA	DESCRIÇÃO	U/C	TOTAL
1	437360	6515.14.004-95	CATETER ACESSO PERIFÉRICO COM POSICIONAMENTO VENOSO PROFUNDO, 2FR, MONO LÚMEN, SILICONIZADO RADIOPACO, COM AGULHA INTRODUTÓRIA DE APROXIMADAMENTE 24 GA 2 30 CM DE COMPRIMENTO.	UN	150

2	437471	6515.14.012-03	CATETER ACESSO PERIFÉRICO COM POSICIONAMENTO VENOSO PROFUNDO, 2FR, DUPLO LUMEN, SILICONIZADO, RADIOPACO, COM AGULHA INTRODUTÓRIA DE APROXIMADAMENTE 24GA E 30CM DE COMPRIMENTO.	UN	40
3	437465	6515.14.143-64	CATETER ACESSO VENOSO CENTRAL COM DUPLO LÚMEN EM POLIURETANO 3FR, RADIOPACO, MARCAÇÃO DE 5 E 3M 5 CM, COM APROXIMADAMENTE 15CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA DE PUNÇÃO 22G, GUIA METALICO MALEAVEL, COM PONTA EM "J", DILATADOR CUTANEO, VLAMP PARA FIXAÇÃO DO CATÉTER, ESTERIL, DESCARTÁVEL.	UN	40

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

- 2.1.1 A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal — Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico o <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 2.1.2 Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.
- 2.1.3 O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 2.2 A partir da data e horário estabelecido no Sistema Compras.gov.br, o procedimento será automaticamente aberto pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos pelo período de 6 (seis) horas, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 2.3 Imediatamente após o término do prazo estabelecido no item 2.2 deste aviso, o procedimento será encerrado e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação.
- 2.4 Não serão admitidas empresas suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento, e as declaradas inidôneas pela Administração direta ou indireta.
- 2.4.1 Não será permitida a participação de sociedade cooperativas em razão da natureza do objeto.

2.4.1.1 Não será permitida a participação de empresas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores da Administração direta ou indireta do município, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data do ato convocatório. Será vedada também a participação de empresas que possuam em seus quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração direta ou indireta do município, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento a tal requisito. (Modelo Anexo I-C)

2.4.2 Não serão aceitas na presente contratação as empresas que tenham participado da elaboração do(s) projeto(s) relacionado(s) ao objeto desta contratação, bem como aquelas cujo quadro técnico seja integrado por profissionais que tenham atuado como autor ou colaborador do Termo de Referência.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1.O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2.O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributo em

percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8 Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9 No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.9.3 que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4 que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5 que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.10 Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.10.1 Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema,

respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.10.2 Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.10.3 O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.10.4 O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4 FASE DE LANCES

4.1 A partir das 8:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2 Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.3 O lance deverá ser ofertado pelo valor do item.

4.4 O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.5 O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.6 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$0,0001 no preço do item.

4.7 Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.8 Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua

proposta.

4.9 Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.10 Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.11 O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5 JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1 Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2 Definida a proposta vencedora, será solicitado por meio do Sistema Compras.gov.br, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, o envio da proposta, adequada ao Último lance ofertado pelo vencedor, e, se necessário, de documentos complementares, a fim de proceder à contratação.

5.3 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6 HABILITAÇÃO

6.1 Para a habilitação do fornecedor mais bem classificado serão exigidas, exclusivamente, as condições de que dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2 A verificação dos documentos de que trata o caput será realizada no Sicafe, assegurado aos demais participantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

6.3 Os documentos a serem exigidos do fornecedor mais bem classificado da fase de lances para fins de habilitação constam do ANEXO I - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO, bem como as DECLARAÇÕES DOS ANEXOS I-A; I-B, I-C e I-D deste aviso.

6.4 Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares aos já apresentados para a habilitação, nas formas estabelecidas nos itens 6.2 e 6.3, ou

de documentos não constantes ou não atualizados no Sicaf, a SMS deverá solicitar ao vencedor, **no prazo de 48 (quarenta e oito) horas**, o envio desses por meio do sistema Compras.gov.br.

- 6.5 Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no art. 28 do DecretoRIO nº 50.797/2022, o fornecedor mais bem classificado será habilitado.
- 6.6 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, a SMS examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e às condições de habilitação.
- 6.7 Eventuais vícios quanto aos requisitos de habilitação poderão ser saneados de ofício ou mediante provocação do interessado.

7 CONTRATAÇÃO

- 7.1 Obtida a proposta vencedora a partir dos lances ofertados, conforme o art. 27 do Decreto RIO nº 50.797/2022, e verificado que o vencedor atende aos requisitos de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade competente, para fins da adoção das medidas necessárias à contratação.

8 SANÇÕES

- 8.1 O fornecedor estará sujeito às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como, as informadas no Termo de Referência da presente contratação, sem prejuízo da eventual anulação da nota de empenho de despesa.

9 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1 O procedimento será divulgado no Comprasnet4.0, E-Comprasrio e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.
- 9.2 O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema Compras.gov.br, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão ou entidade promotores do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 9.3 Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os

seguintes anexos:

9.3.1 ANEXO I — Documentação exigida para Habilitação

9.3.2 ANEXO I-A DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

9.3.3 ANEXO I-B DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

9.3.4 ANEXO I-C DECLARAÇÃO REF. ARTIGO 2º, PARÁGRAFO ÚNICO, DO DECRETO MUNICIPAL N° 19.381/2001 E AO ARTIGO 7º DO DECRETO RIO N° 49.414/21

9.3.5 ANEXO I-D QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO DE INTEGRIDADE PÚBLICA PARA FORNECEDORES E COLABORADORES EXTERNOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL- DECRETO RIO N° 49.415/21

9.3.6 ANEXO II - Termo de Referencia;

9.3.7 ANEXO III — Sugestão para apresentação da proposta de preço.

Rio de Janeiro, 19 de MARÇO de 2025

ALESSANDRO MAGALHÃES MARQUES

Coordenador de Gestão Administrativa

SMS/SUBHUE/SHPM/HMAF

Matrícula: 11/239.207-4

ANEXO I-A
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, Integra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro — A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo - As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____

AGENTE PÚBLICO
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO I - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

A empresa deverá apresentar os documentos listados abaixo, para avaliação do setor competente e possível contratação com a Secretaria Municipal de Saúde da Cidade do Rio de Janeiro.

Itens	Documentos
1	Proposta
2	Contrato Social e Alteração Contratual
3	Sicaf
4	CEIS
5	CNPJ
6	Certidão Negativa de Dívida Ativa da União
7	Certidão Negativa de Débito Referente ao FGTS
8	Certidão Negativa de Débitos - ICMS (estadual) ou que está isenta
9	Certidão Negativa de Dívida Ativa do Estado
10	Certidão Negativa de Débitos - ISS (municipal) ou que está isenta
11	Certidão Negativa de Dívida Ativa do Município
12	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas
13	Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, em obediência à Lei nº 9.854/99, que deverá ser emitida junto à Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro ou Declaração firmada pela contratada de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigosos ou insalubre e de que não emprega menor de dezoesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz, sob as penas da lei, consoante Decreto Municipal nº 23.445/03.
14	Certidão do 1º Ofício de Distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e insolvência civil.
15	Certidão do 2º Ofício de Distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e insolvência civil.
16	Certidão do 3º Ofício de Distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e insolvência civil.
17	Certidão do 4º Ofício de Distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e insolvência civil.
19	Certidão do 1º Registro Civil das Pessoas Naturais - Certidão de Interdições e Tutelas
20	Certidão do 2º Ofício de Registro de Interdições e Tutelas
21	As licitantes sediadas em outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Offícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e insolvência civil.
22	Anexo I - A (Declaração de Responsabilidade Civil e Administrativa)
23	Anexo I - B (Declaração de Inexistência de Nepotismo)
24	Anexo I - C (Declaração ref Artigo 2º), Parágrafo Único, do decreto Municipal N° 19.381/2001 e Art.7º do decreto Rio N° 49.414/21.
25	Anexo I - D (Questionário Eletrônico)

Observação: Se os certificados, declarações, registros ou certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsto em legislação específica, os referidos documentos terão validade de 90 (noventa) dias, contados da sua emissão.

ANEXO I-B
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não posuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, *colateral* ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____

CONTRATADA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO I-C
**DECLARAÇÃO REF. ARTIGO 2º, PARÁGRAFO ÚNICO, DO DECRETO
MUNICIPAL Nº 19.381/2001 E AO ARTIGO 7º DO DECRETO RIO Nº 49.414/21**

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas — CNPJ nº _____

[endereço da sociedade empresarial]

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que não participam dos nossos quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, nos termos do parágrafo Único do artigo 2º do Decreto Municipal nº 19.381/2001.

DECLARAMOS, de igual turno, sob as penalidades cabíveis, que não dispomos em nosso quadro societário de nenhum familiar de agente público vinculado direta ou indiretamente a unidades administrativas na linha hierárquica daquela encarregada da contratação independente da modalidade adotada, nos termos do art. 7º do Decreto Rio nº 49.414/2021.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____

CONTRATADA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO I-D

QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO DE INTEGRIDADE PÚBLICA PARA FORNECEDORES E COLABORADORES EXTERNOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

1-PERFIL DO FORNECEDOR OU COLABORADORES EXTERNOS

1. Informações societárias:
 - 1.1 CNPJ:
 - 1.2 Razão social:
 - 1.3 Nome fantasia:
 - 1.4 Endereço completo fornecedor ou colaborador externo:
 - 1.5 Data de Constituição:
Fornecer última versão do Contrato ou Estatuto Social
 - 1.6 Valor do Capital Social:
 - 1.7 Receita Bruta dos últimos 3 anos:
 - 1.8 Resultado Líquido dos últimos 3 anos:
 - 1.9 Endereço na internet (website):
 - 1.10 E-mail corporativo**
 - 1.11 Telefone contato
 - 1.12 CPF representante:
 - 1.13 Nome completo representante:
 - 1.14 Endereço completo representante:
 - 1.15 E-mail representante:
 - 1.16 Telefone contato representante:
 - 1.17 O fornecedor/colaborador externo **possui** nomes anteriores, endereço da sede, de suas filiais e escritórios de representação em território nacional e no exterior?

() Sim () Não

Se afirmativo, fornecer nomes anteriores, endereço da sede, de suas filiais e escritórios de representação em território nacional e no exterior:

- 1.18 Tipo de atividade:
() Indústria () Comércio e serviços
- 1.19 Porte da Empresa:
() Micro Empresa () Empresa Pequeno Porte () Empresa Médio Porte () Empresa Grande Porte () Organização da Sociedade Civil
- 1.20 Número de empregados próprios?**
1 () Até 19 () De 20 a 99 () De 100 a 499 () Acima de 500

Compreende o número de empregados aqueles contratados, prestadores de serviços, terceirizados e demais colaboradores

do fornecedor

1.21 Número de colaboradores terceirizados†

() Até 19 () De 20 a 99 () De 100 a 499 () Acima de 500

1.22 Forneça o nome/razão social dos sócios até o final da linha de sucessão, incluindo individualmente as pessoas físicas (com exceção das empresas de capital aberto), além do percentual de participação (quando aplicável), cargo e CNPJ.

SOCIO	PERCENTUAL PARTICIPAÇÃO (CASO APLICÁVEL)	CARGO	CNPJ/CPF
TOTAL			

1.23 Nome **dos dirigentes** da alta administração, cargo e CPF/CNPJ.

NOME	CARGO	CNPJ/CPF

1.24 O fornecedor/colaborador externo ou seus sócios possuem participação societária ou está envolvida em outras pessoas jurídicas na condição de controladora, controlada, coligada ou consorciada?

() Sim () Não

Se afirmativo, fornecer percentual de participação societária, CNPJ, a razão social, o nome fantasia e o endereço das pessoas jurídicas em que a sua empresa ou seus sócios possuam participação societária na condição de controladora, controlada, coligada ou consorciada:

1.25 O fornecedor/ colaborador externo possui algum contrato vigente atualmente com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro†

() Sim () Não

Se afirmativo, informar contratos:

1.26 O fornecedor/colaborador externo está participando de alguma licitação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro atualmente†

() Sim () Não

Se afirmativo, informar licitações:

1.27 O fornecedor/colaborador externo já contratou com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro?

() Sim () Não

Se afirmativo, detalhar/informar contratos:

1.28 O fornecedor/colaborador externo possui alguma certificação relacionada ao combate à corrupção?

() Sim () Não

Se afirmativo, detalhar/informar qual:

1.29 Informe se algum dos sócios, quotistas e/ou administradores atuam ou atuaram, nos últimos 36 meses:

A. Em órgãos, conselhos, comissões, tribunais no Governo Federal, Estadual ou Municipal, independentemente de sua constituição;

B. Em associações, organizações ou empresas de propriedade ou controladas pelo governo; C. Em partidos políticos;

D. Como funcionário ou comissionado que atue nos órgãos legislativo, executivo ou judiciário, que tenha sido eleito ou nomeado;

E. Em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral. Sim () Não ()

Caso positivo, descreva:

Cargo/Funções	Datas em que ocupou ou foi nomeado para o cargo
---------------	---

1.30 As demonstrações **financeiras** da empresa são **auditadas por auditor independente**? Sim () Não ()

Caso positivo, informar o auditor das últimas demonstrações financeiras divulgadas:

1.31 São utilizadas subcontratações na execução dos contratos?

() Sim () Não

1.32. A empresa ou outras empresas do mesmo grupo estão **localizadas ou**

realizam, ou realizaram **nos últimos** dez anos, operações **comerciais em locais** cujo índice de percepção da corrupção, aferido no último ano pela Transparência Internacional, é alto (acima da posição 100) ou em paraísos Gscais7

☐ Sim ☐ Não

1.33 O fornecedor/colaborador externo é membro de alguma iniciativa nacional ou internacional de combate à corrupção? Exemplos: Pacto Global da Organização das Nações Unidas, a **Iniciativa** de Parceria Contra a Corrupção (PACI) do Fórum **Econômico** Mundial ou o EITI - **Extractive Industries Transparency Initiative**†

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, informar a iniciativa.

II - RELACIONAMENTO COM O PODER PÚBLICO

2.1. Algum integrante da Alta Administração ou seus familiares ocupa, ocupou ou é candidato a cargo eletivo ou Cargo de Confiança na Administração Pública (federal, estadual ou municipal), é filiado ou ex-filiado de partido político ou mantém **negócios** pessoais ou relacionamento próximo com algum agente público?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, forneça detalhes (nome do indivíduo, grau de parentesco, nome do órgão/ entidade, cargo exercido, período em que ocupou o cargo, nome do órgão/entidade do agente público, cargo exercido pelo agente público).

2.2 Algum integrante da Alta Administração, seus familiares ou seus intermediários é **familiar de** algum agente **público da Prefeitura**?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, forneça detalhes (nome e cargo do representante da sua empresa, grau de parentesco ou afinidade, nome e função do agente público da Prefeitura).

2.3. O fornecedor/colaborador externo detém em seu quadro de empregados, administradores, acionistas relevantes, contratados ou terceiros que o representem, Pessoas Politicamente Expostas² (PPEs)?

☐ Sim ☐ Não

Caso afirmativo, assinalar abaixo os papéis que mais se assemelham aos assumidos por esses PPEs (é possível assinalar mais de uma opção):

☐ Empregados ☐ Conselheiros ☐ Proprietários ☐ Diretoria executiva ☐ Acionistas
☐ Outros _____

²Agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos cinco anos anteriores, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo, conforme definido pela ENCLA (art. 3º da Deliberação nº 02, de 01 de dezembro de 2006).

III - RELACIONAMENTO COM TERCEIROS

3.1 A empresa utiliza os serviços de terceiros, tais como agentes, consultores, representantes comerciais e/ou outros tipos de intermediários, sejam pessoas físicas ou jurídicas, com o objetivo de angariar novos negócios localmente ou em outros países, **inclusive** junto à Prefeitura?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, informar o nome e/ou razão social e CPF/CNPJ dos agentes, consultores, representantes comerciais e/ou outros tipos de intermediários, sejam pessoas físicas ou jurídicas.

3.2 O fornecedor/colaborador externo divulga o seu programa de integridade aos seus fornecedores, **distribuidores**, representantes comerciais, intermediários e/ou outros tipos **de parceiros** de negócios?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo informar como a divulgação ocorre, incluindo meios utilizados e periodicidade anexando exemplos das ações executadas.

3.3 O fornecedor/colaborador externo solicita que seus fornecedores, distribuidores, representantes comerciais, intermediários e/ou outros tipos de parceiros de negócios declarem formalmente pleno conhecimento sobre os **principais** aspectos do seu programa de integridade?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, forneça uma cópia da documentação que suporte a afirmação, ou, alternativamente, indique onde os referidos documentos podem ser encontrados no seu website.

3.4 Nos contratos firmados entre fornecedor/colaborador externo e seus fornecedores, **distribuidores**, representantes comerciais intermediários e outros parceiros de **negócios**, há previsão de cláusulas que os obrigue a respeitar o seu programa de integridade e os **códigos** de conduta da sua empresa incluindo o cumprimento das leis anticorrupção aplicáveis e vigentes?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, forneça uma cópia da documentação que suporte a afirmação, ou, alternativamente, indique onde os referidos documentos podem ser encontrados no seu website.

IV - HISTÓRICO E REPUTAÇÃO

4.1 O fornecedor/colaborador externo, algum integrante ou ex-integrante da Alta Administração ou outras empresas do mesmo grupo ou intermediários apresentam histórico ou mídia negativa mesmo que decorrentes de denúncias

internas por envolvimento, no País ou no exterior, em investigações, acusações, processos e condenações **criminais** nos últimos 10 (dez) anos em casos com indícios de fraude e/ou corrupção?

() Sim () Não

Se afirmativo, explique as circunstâncias do fato ocorrido e forneça documentação pertinente.

4.2 O fornecedor/colaborador externo ou algum integrante ou ex-integrante da Alfa administração, outras empresas do mesmo grupo ou intermediários já entregou, ofertou, autorizou, acordou ou prometeu pagamento ou benefício a qualquer autoridade governamental nacional ou estrangeira para angariar ou manter **negócios** ou obter vantagem nos últimos 10 anos?

() Sim () Não

Se afirmativo, explique as circunstâncias do fato ocorrido e forneça documentação pertinente.

4.3 O fornecedor/colaborador externo ou outras empresas do mesmo grupo ou intermediários realizaram ou tentaram realizar acordo de leniência ou mediação administrativa com órgãos de controle ou qualquer membro ou ex-membro da alta administração realizaram delação premiada **nos últimos 10** anos, reconhecendo a prática de atos ilícitos **incluindo** fraude e corrupção?

() Sim () Não

Se afirmativo, explique as circunstâncias do fato ocorrido e forneça documentação pertinente.

4.4 O fornecedor/colaborador externo, algum integrante ou ex-integrante da Alfa Administração ou outras empresas do mesmo grupo ou intermediários já foram acusados, investigados, processados ou condenados por improbidade administrativa ou crime contra administração pública†

() Sim () Não

Se afirmativo, explique as circunstâncias do fato ocorrido e forneça documentação pertinente.

4.5 O fornecedor/colaborador externo, algum integrante ou ex-integrante da Alta Administração, outras empresas do mesmo grupo ou intermediários, esteve submetida à investigação ou avaliação externa relacionada à fraude e/ou corrupção por algum órgão ou agência, nacional ou internacional (CGU, CVM, SEC, etc.) nos últimos 10 anos†

() Sim () Não

Se afirmativo, explique as circunstâncias do fato ocorrido e forneça documentação pertinente.

V - PROGRAMA DE INTEGRIDADE

5.1 O fornecedor/colaborador externo conhece a legislação anticorrupção a qual está sujeita?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, informar a quais leis anticorrupção a sua empresa está sujeita.

5.2 O **fornecedor/colaborador** externo **possui um Código de Ética, Guia de Conduta** ou documentos correlatos que descrevam as condutas éticas que devem ser observadas pelos integrantes da Alta Administração, empregados próprios e/ou terceirizados?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, forneça uma cópia da documentação que suporte a afirmação, ou, alternativamente, indique onde os referidos documentos podem ser encontrados no seu website.

5.3 Caso o **fornecedor/colaborador** externo possua um Código de Ética ou Conduta, os colaboradores são **obrigados** a formalizar a ciência do documento?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, forneça uma cópia da documentação que suporte a afirmação, incluindo o percentual de colaboradores que formalizaram a ciência, ou alternativamente, indique onde os referidos documentos podem ser encontrados no seu website.

5.4 O fornecedor/colaborador externo **possui um** programa de integridade estruturado e efetivo com o **objetivo** de prevenir, detectar e sanar **desvios**, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, forneça uma cópia da documentação que suporte a afirmação, ou, alternativamente, indique onde os referidos documentos que podem ser encontrados no seu website.

5.5 O fornecedor/colaborador externo **possui** uma **estrutura** dedicada às ações relacionadas ao programa **de integridade**?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, informe o número de profissionais alocados na estrutura e o nível hierárquico do principal responsável pela estrutura e a quem está vinculado hierarquicamente *no* organograma, fornecendo cópia do organograma.

5.6 A Alta **Administração do** fornecedor/colaborador externo efetivamente supervisiona e **dissemina** as **iniciativas** relacionadas ao programa de integridade†

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, forneça uma cópia da documentação que suporte a afirmação, ou

alternativamente, indique onde os referidos documentos podem ser encontrados no seu website.

5.7 O fornecedor/colaborador **externo possui normativos internos** que **determinem** a proibição de qualquer tipo de pagamento **ou benefício** a qualquer autoridade governamental nacional ou estrangeira, para obter **ou** manter negócios ou qualquer vantagem comercial?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, forneça uma cópia da documentação que suporte a afirmação, ou, alternativamente, indique onde os referidos documentos podem ser encontrados no seu website.

5.8 O fornecedor/colaborador externo **possui política ou** normativos internos que determinem a proibição **ou restrição**, quanto ao oferecimento de presentes, brindes e hospitalidade a agentes **públicos, clientes e parceiros comerciais?**

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, forneça uma cópia da documentação que suporte a afirmação, ou, alternativamente, indique onde os referidos documentos podem ser encontrados no seu website.

5.9 O fornecedor/colaborador externo **possui política ou normativos** internos que disponham sobre a prevenção e o tratamento de conflitos de interesses?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, forneça uma cópia da documentação que suporte a afirmação, ou, alternativamente, indique onde os referidos documentos podem ser encontrados no seu website.

5.10 O **fornecedor/colaborador** externo possui procedimentos, política ou **normativos internos que disponham sobre o gerenciamento de riscos** de integridade, **incluindo** fraude e **corrupção?**

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, forneça uma cópia da documentação que suporte a afirmação, ou, alternativamente, indique onde os referidos documentos podem ser encontrados no seu website.

5.11 O fornecedor/colaborador externo possui política ou normativos internos que **disponham sobre a** prevenção do assédio moral e do assédio sexual?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, forneça uma cópia da documentação que suporte a afirmação, ou, alternativamente, indique onde os referidos documentos podem ser encontrados no seu website.

5.12 O fornecedor/colaborador externo **possui normativos internos** que disponham sobre doação e/ou **contribuição** a instituições de caridade,

programas sociais ou a partidos políticos e candidatos a cargos políticos?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, forneça uma cópia da documentação que suporte a afirmação, ou, alternativamente, indique onde os referidos documentos podem ser encontrados no seu website.

5.13 O fornecedor/colaborador externo ou os membros da alta administração realizaram ou realizam doações para agentes **públicos, partidos políticos ou a** seus membros e candidatos **a cargos políticos**?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, forneça detalhes (nome do doador, nome/denominação do beneficiário da doação)

5.14 O fornecedor/colaborador externo já realizou doações para organizações de caridade ou ONGs ligadas a funcionários do governo?

☐ Sim ☐ Não

5.15 O fornecedor/colaborador externo **disponibiliza** canais de denúncia de irregularidades, com opção de **anonimato**, abertos ao público interno e externo e amplamente **divulgados a todos os** empregados **próprios elou terceirizados**, e mecanismos destinados à **proteção** de denunciantes?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, forneça uma cópia da documentação que suporte a afirmação, ou, alternativamente, indique onde os referidos documentos podem ser encontrados no seu website.

5.16 O fornecedor/colaborador externo promove treinamentos periódicos sobre o seu programa de integridade, destinados a Alta Administração e todos os empregados próprios e terceirizados, e quando aplicável, a colaboradores externos?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, forneça detalhes e evidências documentais que comprovem a realização incluindo se tais treinamentos são obrigatórios e o percentual de realização do último treinamento realizado, destacando o percentual de realização por parte da alta administração do fornecedor/colaborador externo.

5.17 O fornecedor/colaborador externo promove treinamentos periódicos sobre o seu programa de integridade **destinados** aos seus fornecedores†

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, forneça detalhes e evidências documentais que comprovem a realização, incluindo se tais treinamentos são obrigatórios e o percentual de realização do último treinamento realizado.

5.18 O fornecedor/colaborador externo possui política ou normativos internos

de Diligência de Integridade para a avaliação da reputação, idoneidade e das práticas de combate à corrupção de terceiros, tais como, fornecedores, clientes, distribuidores, agentes, consultores, representantes comerciais, intermediários em geral e/ou parceiros operacionais?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, forneça uma cópia da documentação que suporte a afirmação, ou, alternativamente, indique onde os referidos documentos podem ser encontrados no seu website.

5.19 O fornecedor/colaborador externo possui mecanismos de investigação de indícios de fraude e/ou corrupção e de aplicação de sanções?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, forneça uma cópia da documentação que suporte a afirmação, ou, alternativamente, indique onde os referidos documentos podem ser encontrados no seu website.

5.20 O fornecedor/colaborador externo possui política ou normativos internos que disponham sobre o monitoramento da efetividade e da eficiência do programa de integridade anticorrupção da sua empresa?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativa, forneça uma cópia da documentação que suporte a afirmação, ou, alternativamente, indique onde os referidos documentos podem ser encontrados no seu website.

5.21 A Alfa Administração assume e lidera o compromisso com a conduta ética e de conformidade com a legislação, procedimentos e controles das atividades da empresa?

Sim ☐ Não ☐;

5.22 A empresa **possui uma estrutura hierárquica definida** para coordenar e implementar o programa de integridade?

Sim ☐ Não ☐;

5.23 A Alta Administração franqueia o acesso e reporte direta dos empregados aos responsáveis pelo programa de integridade?

Sim ☐ Não ☐;

5.24 O principal responsável pelo programa de integridade está vinculado a:

☐ Conselho de Administração

☐ Diretoria

☐ Superintendência, Gerência Geral ou Executiva (ou equivalente)

☐ Chefias ou Gerências

☐ Outros

Especificar:

ANEXO III

SUGESTÃO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO,

A empresa (razão social da proponent), inscrita no CNPJ nºxx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede na (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) (nome do representante), infra-assinado, para os fins de fornecimento de apresenta a seguinte proposta de preços:

ITEM	CÓDIGO BR	CODÍGO SIGMA	DESCRIÇÃO	U/C	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1							
2							
3							

Valor total por extenso:

Validade da proposta:

Prazo de entrega do material:

Telefone:

E-mail:

Banco.

Agência:

Nº da Conta Corrente:

Ciente e de acordo com os termos estabelecidos no aviso da dispensa eletrônica e seus anexos.

Rio de janeiro, de de 2025.

Assinatura do Representante Legal

5.25 A empresa possui mecanismos para avaliar os riscos de fraude e de corrupção aos quais a empresa está submetida†

() Sim () Não

Se afirmativa, descreva brevemente os procedimentos e/ou metodologia utilizada. Se possível, forneça uma cópia da documentação que suporte a afirmação, ou, alternativamente, indique onde os referidos documentos podem ser encontrados no seu website.

5.26 Como a avaliação de risco foi considerada quando da elaboração do **programa de integridade? E como ela é considerada** para a atualização e **aperfeiçoamento do programa de integridade?**

O [fornecedor/colaborador externo] declara que as informações fornecidas neste Questionário Eletrônico de Integridade para Fornecedores e Colaboradores Externos, incluindo quaisquer documentos anexos, são verdadeiras, completas e atualizadas. Também declara que se tomar conhecimento de qualquer fato que possa impactar tais informações o comunicará prontamente este órgão, através do e-mail gei.fornecedores@rio.rj.gov.br.

Rio de Janeiro, [data]. _____

[Denominação Social]
[Nome do Representante Legal]
[Cargo]

(Denominação Social)
[Nome do Representante Legal]
[Cargo]



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
SUPERINTENDÊNCIA DE HOSPITAIS PEDIÁTRICOS E MATERNIDADES
HOSPITAL MATERNIDADE ALEXANDER FLEMING
DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Processo nº.

Data de atualização:
Fls.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CARACTERÍSTICA DO PROCESSO

1.1 - Órgão Requisitante: Subsecretaria de Atenção Hospitalar, Urgência e Emergência – Hospital Maternidade Alexander Fleming

1.2 - Modalidade: Dispensa de licitação nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, art. 75, inciso II e em atendimento ao Decreto Municipal nº 50.797/22.

Tipo: Menor preço por item.

1.3 - Objeto: Aquisição de Materiais Médico Cirúrgicos essenciais para a realização de procedimentos cirúrgicos, sendo os mesmos pertencentes a grade de distribuição desta unidade hospitalar, que atualmente, estão sem Ata vigente de Registro de Preços e com estoques críticos ou zerados nesta unidade de saúde.

2. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

2.1- Este processo trata-se de aquisição por Dispensa de Licitação, de materiais médico Hospitalares, com entrega integral e imediata, sem obrigações futuras, não sendo necessária a celebração contratual com esta Unidade de Saúde da SMS-RIO, utilizando-se, assim, Nota de Empenho.

Essa aquisição tem a finalidade de abastecimento desta Unidade de saúde da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. Registre-se ainda, que este processo licitatório está sendo realizado devido a falta de atas vigentes de registros de preços e visa dar continuidade ao abastecimento destes insumos. A necessidade da continuidade da aquisição dos itens do referido processo, ocorre por se tratar de itens essenciais a procedimentos cirúrgicos, de urgência e emergência, a fim de dar continuidade aos tratamentos dos pacientes internados nas Unidades de Saúde do Município do RJ.

2.2 Os quantitativos referentes aos itens foram informados pelo Almoxarifado de Material Médico Cirúrgico desta Unidade desta Secretaria, conforme solicitação encartada ao processo.

ITEM	CÓDIGO BR	CÓDIGO SMA	DESCRIÇÃO	U/C	TOTAL
1	437360	6515.14.004-95	CATETER ACESSO PERIFÉRICO COM POSICIONAMENTO VENOSO PROFUNDO, 2FR, MONO LÚMEN, SILICONIZADO RADIOPACO, COM AGULHA INTRODUTÓRIA DE APROXIMADAMENTE 24 GA 2 30 CM DE COMPRIMENTO.	UN	150

2	437471	6515.14.012-03	CATETER ACESSO PERIFÉRICO COM POSICIONAMENTO VENOSO PROFUNDO, 2FR, DUPLO LUMEN, SILICONIZADO, RADIOPACO, COM AGULHA INTRODUTÓRIA DE APROXIMADAMENTE 24GA E 30CM DE COMPRIMENTO.	UN	40
3	437465	6515.14.143-64	CATETER ACESSO VENOSO CENTRAL COM DUPLO LÚMEN EM POLIURETANO 3FR, RADIOPACO, MARCAÇÃO DE 5 E3M 5 CM, COM APROXIMADAMENTE 15CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA DE PUNÇÃO 22G, GUIA METALICO MALEAVEL, COM PONTA EM "J", DILATADOR CUTANEO, VLAMP PARA FIXAÇÃO DO CATÉRTER, ESTERIL, DESCARTÁVEL.	UN	40

4. DA APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS

Caso a unidade verifique a necessidade, será solicitado a apresentação de amostra



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
SUPERINTENDÊNCIA DE HOSPITAIS PEDIÁTRICOS E MATERNIDADES
HOSPITAL MATERNIDADE ALEXANDER FLEMING
DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Processo nº.

Data de autuação:
Fls.

para avaliação da Comissão Técnica responsável pelo uso do material. A empresa tem o prazo de 02 (dois) dias úteis para entrega da amostra.

Caso haja REPROVAÇÃO do material/equipamento apresentado como amostra pela empresa detentora do menor preço, a empresa detentora do segundo preço poderá apresentar amostra do produto ofertado, e assim sucessivamente até que seja selecionado material/equipamento com amostra aprovada.

A amostra aprovada não poderá ser descontada do total do material adquirido, e poderá ser retirada após emissão do parecer técnico.

5. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

DOCUMENTOS DO PRODUTO:

A empresa deverá fornecer Certificado de Registro no MS/ANVISA (Publicação no D.O.U.) — RDC 185/2001.

A empresa deverá fornecer Certificado de Registro no MS/ANVISA por família (Publicação no D.O.U.) RDC 97/2000.

A embalagem e os rótulos dos produtos apresentados devem atender aos critérios estabelecidos na RDC 185/2001/MS — ANVISA.

Os produtos deverão apresentar selo de qualidade do INMETRO.

DOCUMENTOS DA EMPRESA:

No caso de empresas produtoras, ou que exerçam quaisquer das atividades descritas no Art. 2º da Lei Federal nº 6360/76, será necessária apresentação de:

Autorização de funcionamento da empresa, emitida pelo Ministério da Saúde do Brasil, conforme art. 50 da Lei Federal nº- 6.360/76 e art. 75, do Decreto nº 79.094/77.

Licença de Funcionamento conferida pelo Órgão Sanitário da respectiva unidade de federação (art. 51 da Lei Federal 6360/76 e art.78 do Decreto nº. 79.084/77).



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
SUPERINTENDÊNCIA DE HOSPITAIS PEDIÁTRICOS E MATERNIDADES
HOSPITAL MATERNIDADE ALEXANDER FLEMING
DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Processo nº.

Data da autuação:
Fls.

Em se tratando de empresas distribuidoras ou que exerçam quaisquer atividades descritas nos artigos 21, da Lei 5.991/73 e 14, do Decreto 74170/74, será necessária a apresentação da Licença de funcionamento conferida pelo Órgão Sanitário da respectiva unidade da Federação.

Certificado de Regularidade do FGTS — CRF

CND — Previdenciária

Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)

6. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA FORNECEDORA

Deverá constar na embalagem do produto, prazo de validade de no mínimo, 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.

Cada Nota Fiscal emitida deverá ter anexada a cópia da Nota de Empenho no ato da entrega.

Os materiais/equipamentos deverão conter instruções de uso em Português.

Atesta-se que a natureza dos objetos a serem adquiridos é comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002 e conforme Decreto Municipal nº 30.538/2009.

Todos os produtos deverão ser entregues com os dizeres “VENDA PROIBIDA AO COMÉRCIO”, em todas as embalagens secundárias, mediante impressão original nas próprias embalagens ou carimbo com tinta indelével nas mesmas, não sendo permitida a utilização de etiquetas adesivas, conforme estabelecido no Art. 7º da Portaria nº 2.814 de 29/05/1998 do Ministério da Saúde.

A empresa contratada deverá adotar modalidade de remessa dos produtos que permita a conferência no ato da entrega antes do ateste final do recebimento, seguindo as Boas Práticas de Transporte de Medicamentos. Além disso, deve disponibilizar no ato da entrega dos produtos, mão de obra em número suficiente, a fim de apoiar a retirada e conferência da carga.

7. CONDIÇÕES DE ENTREGA

Deverá constar na nota fiscal o número da nota de empenho



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
SUPERINTENDÊNCIA DE HOSPITAIS PEDIÁTRICOS E INTERNIDADES
HOSPITAL MATERNIDADE ALEXANDER FLEMING
DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Processo nº.

Data de autuação:
Fls.

Deverá estar anexada à Nota Fiscal, cópia da Nota de Empenho e código do material constante no Termo de Referência.

O prazo de entrega será de 10 DIAS CORRIDOS, a contar da retirada da nota de empenho pela empresa.

Local de entrega: Conforme informação no documento de Autorização de Fornecimento (AF), que será encaminhada juntamente com o empenho à empresa vencedora.

A entrega deverá ser agendada previamente com os setores responsáveis pelo recebimento dos materiais, conforme informação no documento de Autorização de Fornecimento (AF), que será encaminhado juntamente com o empenho à empresa vencedora.

As entregas dos produtos deverão ocorrer no horário de 08:00 horas às 16:00 horas.

Local de entrega:

- HOSPITAL MATERNIDADE ALEXANDER FLEMING— Rua Jorge Schmidt, 331, Marechal Hermes, Rio de Janeiro / RJ.

É imprescindível, que a entrega seja previamente agendada junto ao almoxarifado da unidade, de segunda à sexta, das 08:00 horas às 16:00 horas, através dos telefones: Tel: 21 2088-6105.


Área Técnica
Ana Cristina
Matr. 11/22
DIL / HMAF

